



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

Relatórios Temáticos Finais

Educação



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

Relatórios Temáticos Finais
Educação

EDUCAÇÃO

O tema *Educação* é certamente um dos que mais vem merecendo atenção nos últimos anos no Brasil, o que revela a importância que passou a assumir no debate nacional e a dimensão dos desafios e problemas que o país tem enfrentado para reduzir a desigualdade educacional que, infelizmente, marcou profundamente nossa sociedade. No âmbito do Fórum São Paulo Século XXI, foram produzidos dois trabalhos sobre o assunto: um caderno específico que destaca um conjunto de desafios a serem enfrentados nos próximos anos, a partir de uma análise detalhada dos indicadores disponíveis sobre o tema; e outro, realizado pelo grupo temático composto pela Assembleia Legislativa sobre *Educação*, que produziu uma proposta de Plano Estadual de Educação.

Além desses dois produtos, conforme mencionado na introdução do presente documento, a Fundação Seade vem desenvolvendo um *Índice Paulista de Desenvolvimento Humano*, que pretende, a partir da combinação de alguns indicadores selecionados sobre diferentes dimensões do desenvolvimento humano, expor os municípios paulistas que mais têm se destacado, seja nos esforços empreendidos, seja nos resultados alcançados, para permitir a seus habitantes condições de vida mais adequadas e com maior equidade social. Nesse contexto, vários dos indicadores selecionados para compor este estudo referem-se a temas educacionais (ver Anexo), tendo em vista a impossibilidade de se discutir assuntos dessa natureza sem incluir a dimensão educacional.

O objetivo do referido caderno foi o de apontar, a partir de dados educacionais e socioeconômicos existentes naquela instituição, os principais problemas e desafios que os governantes e a sociedade paulista deverão enfrentar para atingir o nível de desenvolvimento educacional compatível com as aspirações sociais, demandadas e exigidas pelo mundo globalizado. Ao longo do século XX, a desigualdade educacional e a exclusão atingiram parte significativa dos brasileiros. Milhões de pessoas não tiveram acesso à escola e, apesar dos esforços já realizados, milhares continuam à margem dela; ou dentro, mas à margem da aprendizagem; ou ainda aprendendo, mas não sabendo o que fazer com o que aprenderam.

A educação inexistente ou inadequada é um dos principais responsáveis pela exclusão social: primeiro, por ela mesma ter sido excludente; segundo, porque ficar fora da escola significa ser excluído

da participação social e das condições pessoais e familiares necessárias para cuidar da saúde, alimentação e até da educação dos filhos; terceiro, porque os que a ela não chegam (ou estudam precariamente) têm menores oportunidades de emprego e de melhoria da renda e da qualidade de vida. Além disso, a educação não se restringe aos anos escolares e ao ambiente da escola formal. O mundo do trabalho está exigindo dos trabalhadores qualificação e atualização permanentes, além de novas capacitações, como o domínio da informática e de línguas estrangeiras.

O Caderno que trata deste assunto apresenta subsídios para a discussão de seis temas (ou metas) prioritários: a erradicação do analfabetismo; o fim do problema da criança fora da escola; a universalização do ensino fundamental; a universalização do ensino entre os jovens; o aumento da escolaridade média da juventude paulista; e a melhoria da qualidade do ensino. A seguir, apresentam-se os principais temas abordados e os mais importantes resultados observados.

ANALFABETISMO DE ADOLESCENTES E JOVENS

O analfabetismo na faixa etária de 11 a 24 anos está ganhando contornos residuais em São Paulo, embora ainda esteja presente nas regiões menos desenvolvidas do Estado, como o Vale do Ribeira e o trecho da Serra do Mar ao longo do Litoral Norte.

Em 1996, São Paulo apresentava indicadores razoáveis de analfabetismo na faixa etária dos 10 a 14 anos, com um nível médio de 2%. Segundo a PNAD, o indicador para o Brasil correspondia a 7,6%, em 1997. Nenhum município do Estado apresentava mais de 9% do total de crianças entre 11 e 14 anos na condição de analfabetas. Os municípios com mais altos níveis de analfabetismo nesta faixa etária eram de pequeno porte e localizados nas áreas de menor desenvolvimento do Estado, como o Vale do Ribeira e o fundo do Vale do Paraíba. Aqueles do oeste do Estado e de algumas áreas com maior concentração populacional – como os do ABC – possuem níveis mais baixos de analfabetismo, inferiores a 1,5%.

Na faixa etária de 15 a 17 anos, o Estado de São Paulo registrava um nível de analfabetismo de 2,2%, enquanto o indicador para o Brasil era de 5,4%. Nenhum município do Estado apresentava mais de 9% de analfabetos no total de adolescentes desta faixa etária e apenas seis atingiam mais de 6%

(Altair, Sarutaiá, São José do Barreiro, Itapura, Ribeirão Branco e Tejupá, sendo que os dois últimos também possuíam níveis elevados na faixa etária de 11 a 14 anos). Os municípios com maiores índices de analfabetismo nesta faixa de idade eram de pequeno porte e encontravam-se nas áreas problemáticas, como o Vale do Ribeira. Os níveis mais baixos foram encontrados nos pequenos municípios do oeste, enquanto os de grande porte, em geral, apresentavam níveis intermediários, entre 1,5% e 3%.

Na faixa etária de 18 a 24 anos, o nível de analfabetismo, para o Estado, era de 2,1%, enquanto para o Brasil correspondia a 6,8%. Também neste caso, nenhum município paulista contava com mais de 9% de analfabetos no total destes jovens. A pequena parcela com níveis de analfabetismo superiores a 7,5% era composta por municípios pequenos, também localizados nas áreas com piores níveis socioeconômicos. Níveis baixos de analfabetismo foram encontrados em pequenos municípios do oeste e naqueles de grande porte localizados nos eixos das Rodovias Dutra e Anhangüera.

CRIANÇAS E JOVENS FORA DA ESCOLA

A proporção de crianças de 7 a 14 anos fora da escola tem se reduzido de forma significativa, estando abaixo de 5% para o Estado de São Paulo, em 1996, ao contrário daquele referente aos jovens na faixa etária de 15 a 24 anos fora da escola, que continua elevada, superando 40%. À semelhança do analfabetismo, a situação é pior nas áreas menos desenvolvidas do Estado.

Em 1996, apenas 3,9% das crianças de 7 a 10 anos estavam fora da escola no Estado de São Paulo. Segundo a PNAD, o indicador era de 6,2% para o Brasil, em 1997. Em nenhum município de São Paulo esta proporção superou 16%, mas em sete era maior que 10% (Barra do Chapéu, Taquaritinga, Nazaré Paulista, Nova Campina, Buri, Ribeirão Branco e São José do Barreiro, sendo que nos dois últimos o analfabetismo também é elevado). Os municípios com maior proporção de crianças fora da escola eram de pequeno porte e localizavam-se nas áreas com piores níveis socioeconômicos, principalmente no Vale do Ribeira. Aqueles com os melhores indicadores também eram de pequeno porte e predominavam na região oeste do Estado, onde grande parte dos municípios

possui menos de 3% das crianças de 7 a 10 anos fora da escola. A Região Metropolitana e o Litoral encontram-se em situação intermediária.

No Estado, 7% das crianças de 11 a 14 anos estavam fora da escola, enquanto para o Brasil esta proporção era de 7,7%, revelando que o estímulo à escolarização de ensino fundamental, promovido pelo governo federal a partir do FEF, parece implicar forte ampliação da frequência à escola nos demais estados da Federação nessa faixa etária.

Nenhum município de São Paulo registrava mais do que 35% do total de crianças nestas idades fora da escola e em apenas oito, mais de 25% destas crianças, encontravam-se nesta situação (Barra do Chapéu, Taquaritinga, Sarutaiá, Natividade da Serra, Nova Campina, Pedra Bela, Ribeirão Branco, Tejupá e Cunha). Em 75 municípios – localizados sobretudo no Vale do Ribeira, na Serra do Mar ao longo do Litoral Norte e no eixo da Rodovia Fernão Dias – mais de 15% de crianças de 11 a 14 anos estavam fora da escola. São, porém, municípios pequenos que, em conjunto, somavam 16,6 mil crianças fora da escola nessa faixa etária, ou 8,6% do total do Estado. Os municípios com melhores indicadores localizavam-se na região oeste do Estado e no eixo das Rodovias Anhangüera e Dutra.

Na faixa etária de 15 a 17 anos, São Paulo apresentava uma proporção de 26,9% destes adolescentes fora da escola, bastante semelhante ao indicador para o Brasil (26,7%, em 1997). Embora estas proporções sejam próximas, é preciso considerar que a escolaridade média dos adolescentes em São Paulo é mais alta que a brasileira e que parte desses jovens está fora da escola porque concluiu o ensino fundamental e até o ensino médio.

Nenhum município de São Paulo registrava mais de 70% do total de adolescentes fora da escola nas idades de 15 e 17 anos e em apenas cinco havia mais de 60% (Barra do Turvo, Natividade da Serra, Pedra Bela, Ribeirão Branco e São José do Barreiro). Em 149 municípios – localizados sobretudo no Vale do Ribeira, na Serra do Mar ao longo do Litoral Norte e no eixo da Rodovia Fernão Dias – mais de 40% de adolescentes estavam nesta situação, que, em conjunto, somavam 62,4 mil adolescentes nesta faixa etária, ou 11,2% do total do Estado. Os municípios com melhores indicadores também eram pequenos e se concentravam nas regiões Oeste e Metropolitana.

Na faixa etária de 18 a 24 anos, 72,9% destes jovens, no Estado, estavam fora da escola, em 1996, enquanto para o Brasil esta proporção correspondia a 70,6%, em 1997, segundo a PNAD. Portanto, a maioria dos jovens nessa faixa etária já se encontra fora da escola e a universidade, ainda

hoje, só é acessível a um grupo muito reduzido de indivíduos, em termos proporcionais. Um total de 226 municípios do Estado registrava mais de 80% de jovens fora da escola nesta faixa etária. Localizados sobretudo no Vale do Ribeira, na Serra do Mar ao longo do Litoral Norte, no eixo da Rodovia Fernão Dias e no norte do Estado, são, de modo geral, municípios pequenos, que, em conjunto, abrigavam 425,3 mil jovens fora da escola nessa faixa etária, ou 9,4% do total do Estado. Os municípios com melhores indicadores eram os de grande porte, localizados nos eixos das principais rodovias, o que se explica, provavelmente, pela existência de universidades públicas e privadas nestas regiões.

PERFIL DAS CRIANÇAS E JOVENS FORA DA ESCOLA

Em geral, as crianças e os jovens fora da escola provêm de famílias de baixa renda, filhos de pais pouco escolarizados e são cada vez mais inativos economicamente. Além dos problemas econômicos, há indícios importantes de que muitas vezes eles abandonam a escola por desinteresse ou motivos domésticos.

Antes de detalhar esses perfis, dois aspectos favoráveis devem ser reafirmados: primeiro, a proporção das crianças e jovens que abandonam a escola tem se reduzido significativamente ao longo da década de 90; segundo, crianças e jovens que decidem abandonar a escola o fazem com nível de escolarização cada vez mais alto. Em 1998, a maioria dos jovens tinha deixado a escola depois de completar o ensino médio ou o fundamental. É possível afirmar, portanto, que o aumento da escolaridade média da população jovem é um processo de transformação de grande ímpeto, cuja causa principal é a melhoria do fluxo escolar. Neste sentido, a meta de universalização do ensino fundamental parece estar se tornando crescentemente viável.

A investigação das razões apontadas pelos jovens, para justificar o abandono escolar precoce durante o ensino fundamental, mostra um quadro complexo. Para os adolescentes de 15 a 17 anos, a falta de interesse nos estudos foi considerada a principal responsável pelo abandono do sistema escolar (39%). Esta causa também foi mencionada por 27,5% dos jovens de 18 a 24 anos. Um segundo grupo de motivos para a saída da escola refere-se à situação econômica: 24,1% daqueles

entre 15 e 17 anos e 47,1% dos jovens de 18 a 24 anos justificaram o abandono escolar pela necessidade de trabalhar ou por dificuldades financeiras. A ampliação do ensino noturno – fenômeno crescente nos últimos dez anos – tem favorecido aos jovens trabalhadores continuarem no sistema escolar. Por outro lado, as causas tradicionalmente associadas à deficiência do sistema escolar (restrição de vagas e ausência de escola próxima da casa ou do trabalho) foram consideradas relevantes em 21,7% das crianças de 7 a 14 anos (o que não deve impressionar, pois a proporção de crianças fora da escola é muito pequena) e pouco mencionado no caso das outras faixas etárias. Por fim, o grupo de motivos relacionados às causas domésticas (precisou cuidar da casa ou dos filhos) foi mencionado por 8,7% das pessoas entre 18 e 24 anos, em 1998.

O conflito entre trabalho precoce e freqüência à escola é quase sempre apontado como causa preponderante para a saída do jovem do sistema escolar. Nos dois períodos observados (1994 e 1998), mais de 50% dos jovens que estavam fora da escola trabalhavam em alguma atividade, sendo que a condição de ocupado era mais freqüente entre os mais escolarizados. De fato, tanto em 1994 quanto em 1998, à medida que crescia o grau de instrução, aumentava a proporção de ocupados. Porém, entre estes anos, a proporção de ocupados cai em todos os grupos de escolaridade considerados, com exceção dos indivíduos com menos de quatro anos de estudo, isto é, cada vez menos a condição de “fora da escola” pode ser explicada pela condição de ocupação.

Neste mesmo período, nota-se a diminuição da renda familiar per capita para os jovens que permaneceram fora da escola. Nos quatro níveis de instrução considerados, houve queda do rendimento per capita da família que possuía jovens nesta situação, comportamento inverso ao observado para o total das famílias paulistas. Com a redução da evasão escolar, o problema do “fora da escola” – sobretudo entre aqueles jovens com baixíssima instrução – passa a estar mais relacionado aos segmentos de baixíssima renda. Trata-se de novidade importante: significa que a escola paulista está menos excludente, embora continue excluindo os muito pobres. Quanto mais a escola conseguir incluir jovens de baixa renda, mais o problema dos muito pobre, que permanecem fora dela será passível de solução por meio de outras políticas sociais compensatórias.

Elemento relevante para a análise do perfil das crianças e jovens fora da escola é a instrução dos chefes de suas famílias. Em geral, são indivíduos de baixa escolaridade: em média 5,7 anos, inferior, portanto, aos oito anos de escolaridade referentes ao ensino fundamental. A distribuição é

diferenciada e varia segundo a instrução obtida pelos jovens. Mesmo entre aqueles fora da escola, os que têm pouquíssima instrução pertencem, em geral, a famílias cujos chefes obtiveram pouco mais de quatro anos de estudo. Já os indivíduos com mais instrução (11 anos ou mais de estudo) contam com chefes de família também mais instruídos (sete anos, em média). Esse perfil indica que, entre os jovens, a baixa instrução dos pais atua como obstáculo à progressão escolar, independentemente da condição de oferta de vagas.

FLUXO ESCOLAR

O fluxo escolar melhorou na década de 90, o que se reflete tanto no aumento da proporção de indivíduos que concluem o ensino fundamental quanto na evolução da escolaridade média de crianças e jovens. Pela primeira vez, a universalização do ensino fundamental parece ser meta viável para os próximos anos.

Entre 1991 e 1996 em todas as faixas etárias estudadas, a proporção de jovens com menos de oito anos de escolaridade diminuiu na Região Metropolitana de São Paulo (de 66,4% para 53,0%) e no interior do Estado (de 70% para 51,1%). Entre os jovens de 18 a 24 anos, o ritmo de progressão foi semelhante em ambas as regiões, o que aponta para um processo de rápida melhoria do fluxo escolar: terminar o ensino fundamental cada vez mais cedo aumenta as chances de permanência do jovem no processo educacional. É provável que a última reforma do ensino paulista, com a instituição da progressão automática e das classes de aceleração, esteja ampliando ainda mais essa tendência nos anos recentes.

MATRÍCULAS

Nos últimos 20 anos, o número de matrículas em todos os níveis de ensino cresceu de modo significativo, atingindo mais de 8 milhões de alunos matriculados em 1998. O ensino público é o maior responsável por esse crescimento. Na última década, houve também grande expansão do ensino médio.

A esse forte aumento do ensino médio, correspondeu a queda nas matrículas da 1ª à 4ª série do ensino fundamental oferecidas pelo Estado, seja pelo aumento do número de matrículas nas escolas municipais – o que indica que a municipalização do ensino fundamental está em curso –, seja por fatores demográficos relacionados à redução do ritmo de crescimento populacional e à queda da fecundidade.

DESpesas com Educação

A despesa estadual com Educação, em queda no início da década, tem crescido nos últimos anos, atingindo o montante de quase 6 bilhões de reais, em 1998. A despesa média por aluno matriculado no sistema estadual de ensino fundamental e no ensino médio passou de R\$ 490, em 1994 para R\$ 630, em 1998.

ENSINO PROFISSIONALIZANTE E EXIGÊNCIAS DO MERCADO

A proporção de jovens matriculados no ensino profissionalizante é bastante limitada. Porém, é crescente a importância que os jovens atribuem à educação formal e ao ensino complementar como essenciais à sua inserção no mercado de trabalho.

A demanda por ensino médio está crescendo fortemente e os jovens desejam um ensino atraente e compatível com as características do mercado de trabalho. Em 1998, porém, a frequência a cursos técnicos e profissionalizantes entre os jovens de 15 a 24 anos, no Estado de São Paulo, mostrou-se bastante restrita, pois apenas 18,7% dos jovens das famílias entrevistadas cursavam ou tinham concluído estes cursos. Apesar disso, o mercado de trabalho é percebido por parte da

população como sendo extremamente exigente no que diz respeito tanto à escolaridade formal quanto a novos requisitos educacionais, como a operação de microcomputadores, a execução de tarefas em equipe e o conhecimento de línguas estrangeiras. Em outras palavras, os jovens que procuram cursos profissionalizantes na área de informática, por exemplo, comportam-se de forma consistente com suas percepções a respeito das tendências do mercado de trabalho.

DEMANDAS EMERGENTES

Com a redução do número de crianças e jovens fora da escola e a melhoria do fluxo escolar, a demanda pelo ensino médio e pelo ensino superior está crescendo, sendo que este aumento tende a se intensificar no início do século XXI. Entre outros, este aspecto implica levar em consideração os problemas de financiamento do ensino médio.

O trabalho realizado pela comissão temática sobre *Educação* foi uma proposta de amplo e detalhado Plano Estadual de Educação, denominado *Subsídios para a Elaboração de um Plano Decenal da Educação no Estado de São Paulo* (neste texto, será chamado, simplificada, de Plano Estadual de Educação). Sintetizá-lo em poucas páginas é tarefa quase impossível diante da extensão e da profundidade com que trata os inúmeros aspectos de tema tão complexo e fundamental. No presente documento, optou-se por abordar apenas alguns de suas diretrizes, objetivos e metas gerais, o que parece suficiente para dar uma amostra da importância de se conhecer e debater esta proposta em profundidade.

O plano ora proposto baseia-se no Plano Nacional de Educação, ainda em discussão no Congresso Nacional, mas seus objetivos e metas são muito mais ambiciosos do que aqueles colocados em âmbito nacional. A situação mais avançada em que se encontra o Estado de São Paulo neste campo diante do conjunto do país, que pode ser observada em vários dos indicadores produzidos, e o volume de recursos públicos dedicados à Educação autorizam o Estado a definir alvos mais ambiciosos para sua política educacional. Além desta referência, a formulação do Plano levou em consideração uma série de outros instrumentos legais, estudos e estatísticas, incluindo aquelas constantes do Caderno.

Os objetivos do Plano Estadual de Educação são os seguintes:

- assegurar a continuidade das políticas educacionais;
- articular as ações do Estado e dos municípios, de modo a otimizar a aplicação dos recursos existentes;
- preservar a flexibilidade necessária para fazer face às contínuas transformações sociais hoje existentes;
- traduzir os princípios norteadores da educação estadual formulados nas Constituições Federal e Estadual e os da Lei de Diretrizes e Bases (LDB);
- concretizar os objetivos consagrados nesses documentos;
- estabelecer prioridades que contemplem a universalização da formação escolar mínima compatível com as necessidades da sociedade democrática moderna;
- estabelecer prioridades que compreendam a elevação global do nível de escolaridade da população e a melhoria geral da qualidade de ensino, com base em uma nova pedagogia do sucesso escolar;
- propor metas viáveis em torno das quais possa haver um efetivo compromisso das esferas estadual e municipal de governo.

Tal como no caso nacional, também aqui são estabelecidas as mesmas cinco prioridades:

1. garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino;
2. garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram;
3. ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino;
4. valorização dos profissionais da educação;
5. desenvolvimento e sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.

O Plano Estadual de Educação, complementarmente ao nacional, define as diretrizes para gestão e financiamento da educação, as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e

as diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais de educação nos próximos dez anos.

O Estado de São Paulo obrigou-se, por sua Constituição de 1989, a elevar de 25% para 30% o percentual mínimo de recursos provenientes de impostos, próprios e transferidos pela União, a ser anualmente destinado à educação, portanto, 20% a mais que o mínimo estabelecido pela Constituição Federal. Como é provável que este seja majorado de 25% para 30%, parece razoável que São Paulo também aumente sua dotação.

O Plano Nacional de Educação estabelece ainda que deve ser destinado à educação o equivalente a 7% do PIB (contra os 5% que atualmente recebe o setor) e define as seguintes metas: ampliar a educação infantil de modo a atender, em cinco anos, 30% das crianças de até três anos de idade e 60% das crianças com idade entre 4 e 6 anos; ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental, à medida que for universalizado, de modo a garantir o acesso e a permanência de todas as crianças entre 7 e 15 anos na escola; ampliar o ensino médio de forma a atender todos os egressos do ensino fundamental; e aumentar a oferta de educação superior para pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.

A proposta consubstanciada no Plano Estadual de Educação é mais ambiciosa: considera que o Estado de São Paulo deva executar uma política que amplie, ano a ano, o atendimento às crianças de zero a seis anos, de modo que ao final de dez anos se tenha universalizado o acesso à creche e à pré-escola no Estado. Isto implica a disponibilização de recursos materiais e humanos necessários para atender, com qualidade, às famílias que necessitem de serviços educacionais desse nível de ensino para seu filhos. O Plano considera ainda que, a universalização do ensino fundamental para a população de 7 a 14 anos no Estado de São Paulo já se apresenta bastante avançada, devendo o governo estadual implementar as ações necessárias para corrigir os desvios nesse atendimento, universalizando-o, no prazo de três anos, e considerando nessa universalização o direito das crianças de seis ou mais anos de idade de ingressarem no ensino fundamental, de oito ou nove séries.

No caso de ensino médio, as metas quantitativas mais relevantes são: no prazo de dois anos, garantir o atendimento da totalidade dos egressos do ensino fundamental e a inclusão dos alunos com defasagem de idade e dos que possuem necessidades especiais de aprendizagem; e oferecer vagas

que, no prazo de cinco anos, correspondam a 75%, e no de dez anos, a 100% da demanda de ensino médio.

Quanto ao ensino superior, este Plano propõe que, até o final da década, intensifique-se a utilização da capacidade física instalada das instituições de ensino superior e, se necessário, amplie-se essa capacidade, de modo a garantir a elevação da oferta de vagas para atender a 40% da população na faixa etária de 18 a 24 anos. Também é preconizada a ampliação da oferta de vagas no ensino público, no sentido de assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas do ensino superior.

A despeito destas definições quantitativas, o Plano chama a atenção para o fato de que as exigências da próxima década têm grandeza ainda desconhecida e, por esta razão, deverão ser disponibilizados meios eficazes e devidamente ancorados em um sistema de informações atualizado e de qualidade para que toda a sociedade possa controlar e acompanhar a execução desse Plano.

Também se dá o devido destaque à estratégia de elaboração do Plano, tendo em vista ser exigência da Constituição Estadual que haja participação da sociedade, isto é, devem ser incorporados a esse processo os planos municipais de educação, os órgãos descentralizados do sistema escolar e a comunidade educacional.

Estes poucos parágrafos com que se buscou sintetizar a proposta do Plano Decenal de Educação do Estado de São Paulo nem de longe deixam transparecer a dimensão do trabalho desenvolvido no grupo temático sobre *Educação*. Além dos aspectos gerais sintetizados neste documento, o Plano contempla um diagnóstico, a definição de diretrizes e o estabelecimento de objetivos e metas para a educação infantil, a educação fundamental, o ensino médio e a educação superior (incluindo um capítulo específico sobre seu financiamento e gestão). Trata, da mesma forma, das modalidades de ensino (educação de jovens e adultos, educação a distância e tecnologias educacionais, educação tecnológica e formação profissional e educação especial), da formação dos professores e valorização do magistério e do financiamento e gestão do sistema educacional.